

Companhia Transudeste de Transmissão
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório anual da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.085.630/0001-55

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2015	31.12.2014
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A parceria da Cia Transudeste com a Cia Tranleste e Transirapé no projeto estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira”, referente à Chamada nº 013/2011- ANEEL - Projeto Jaíba, continua aguardando o seu término que está sob a gestão da Empresa CEI Solar e responsabilidade da Proponente Furnas.

Projetos como este buscam inovações tecnológicas para fazer frente aos novos desafios de mercado na área de energia elétrica estando assim a Cia Transudeste em suas metas e investimentos, contribuindo nesta direção.

Estudos de novos investimentos em projetos de P&D estão sendo avaliados pela Cia Transudeste, aguardando apenas recursos suficientes para nova licitação.

Responsabilidade Socioambiental

Mantendo medidas e ações mitigadoras ao meio ambiente, a Cia Transudeste busca permanentemente minimizar os impactos causados ao meio ambiente que um empreendimento pode causar durante a sua implantação e ao longo dos trabalhos de manutenção e operação. Estas medidas norteiam a Política Ambiental que a Cia Transudeste vem mantendo até agora durante a sua concessão. Diante de tais ações a sustentabilidade do empreendimento é baseada em programas ambientais e a ele damos continuidade, sob normas e critérios socioambientais, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia, de manutenção e de conservação socioambiental, visando principalmente à integridade das áreas que possam ser afetadas.

Conforme já dissemos em relatórios anteriores o Ofício Circular nº 002/2013/SFE/ANEEL ressalta principalmente a importância da realização de campanhas regulares e esclarecimento à população no sentido de se evitar a prática de queimadas na proximidade de qualquer linha de transmissão. No período de setembro e outubro de 2015 a Cia Transudeste realizou Campanhas e Ações, através dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social com palestras em algumas escolas locais e aos trabalhadores envolvidos na manutenção da Linha de Transmissão Itutinga - Juiz de Fora. Através de divulgação radiofônica alertamos e conscientizamos a população sobre o perigo das queimas na região. Com foco principal na prevenção às queimadas distribuímos nas escolas amplo material educativo (bolsas ecológicas, bonés, folders informativos e um mini squeeze) sensibilizando a população neste tema tão importante para o meio ambiente.

Visitamos, aleatoriamente, algumas propriedades como parte do Programa de Comunicação Social prestando informações sobre o empreendimento e esclarecendo cada proprietário/posseiro dúvidas a respeito da linha de transmissão, sua importância, riscos e problemas que certas atividades oferecem quando praticadas próximas a ela, tornando-se assim, um relacionamento harmonioso entre a comunidade, a Cia Transudeste e o meio ambiente.

O objetivo do trabalho foi alertar a comunidade para os problemas ambientais que acontecem na região, promovendo conhecimento, habilidades, atitudes e competência individual e coletiva, voltados para a conservação dos recursos naturais e uma melhor qualidade de vida da população atingida pela linha de transmissão.

Com vistas à prevenção de prováveis interferências da vegetação em sua faixa de servidão e suas vias de acessos às torres, a Cia Transudeste, como parte de seu programa de manutenção periódica, realizou em 2015, atividades de limpeza da faixa com supressões seletivas da vegetação em sua faixa de servidão.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	REGULATÓRIO	REGULATÓRIO	SOCIETÁRIO	SOCIETÁRIO
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido	10.420	9.277	14.265	12.711
EBITDA	18.619	17.266	20.025	18.241

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transudeste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Transudeste de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transudeste de Transmissão

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.995	919
Títulos e valores mobiliários	6	-	3.388
Contas a receber	7	24.819	24.241
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	141	69
Outros		81	81
Total do ativo circulante		31.036	28.698
Não circulante			
Contas a receber	7	80.788	80.117
Imobilizado		6	8
Intangível		58	77
Outros		1.127	1.125
Total do ativo não circulante		81.979	81.327
Total do ativo		<u>113.015</u>	<u>110.025</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia Transudeste de Transmissão

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		115	212
Empréstimos e financiamentos	9	14.567	10.575
Dividendos a pagar	12	3.388	3.019
Tributos e contribuições sociais	8	610	551
Taxas regulamentares	10	822	670
Outros		1.036	(114)
Total do passivo circulante		20.538	14.913
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	18.724	32.693
Tributos diferidos	8	3.179	3.131
Taxas regulamentares	10	-	184
Outros		898	1.175
Total do passivo não circulante		22.801	37.183
Patrimônio líquido			
Capital social	12	30.000	30.000
Reservas de lucros		39.676	27.929
Total do patrimônio líquido		69.676	57.929
Total do passivo e patrimônio líquido		113.015	110.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	14	22.071	20.258
Custo de operação			
Pessoal		(304)	(183)
Material		(4)	(2)
Serviços de terceiros		(854)	(1.041)
Taxa de fiscalização		-	(83)
Custo de construção			
Outras		(454)	(19)
		<u>(1.616)</u>	<u>(1.328)</u>
Lucro operacional bruto		20.455	18.930
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(251)	(441)
Material		(5)	(8)
Serviços de terceiros		(177)	(252)
Outras		(67)	(62)
		<u>(500)</u>	<u>(762)</u>
Resultado do serviço		19.955	18.167
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	936	666
Despesa financeira	15	(5.607)	(5.251)
		<u>(4.671)</u>	<u>(4.585)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>15.284</u>	<u>13.582</u>
Imposto de renda	13	(650)	(557)
Contribuição social	13	(322)	(284)
IR e CS diferidos	08	(48)	(30)
		<u>(1.019)</u>	<u>(871)</u>
Lucro líquido do exercício		14.265	12.711
Lucro por ações		<u>0,48</u>	<u>0,42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	14.265	12.711
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>14.265</u>	<u>12.711</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Legal	Lucros Retidos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	30.000	2.929	21.802	2.806	-	57.537
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	-	(2.806)	-	(2.806)
Lucro líquido	-	-	-	-	12.711	12.711
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(3.019)	(3.019)
Reserva legal	-	636	-	-	(636)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(6.494)	(6.494)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.562	(2.562)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30.000	3.565	21.802	2.562	-	57.929
Reversão dos acionistas	-	-	-	870	-	870
Lucro líquido	-	-	-	-	14.265	14.265
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(3.388)	(3.338)
Reserva legal	-	713	-	-	(713)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	10.164	(10.164)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.000	4.278	21.802	13.596	-	69.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.265	12.712
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	21	20
Receitas de aplicação		(642)
Encargos de debêntures e variações monetárias	5.414	5.185
	<u>19.700</u>	<u>17.275</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	311	(364)
Ativo financeiro indenizável	(1.560)	(979)
Tributos e contribuições sociais	(72)	(1)
Outros ativos	(2)	5
	<u>(1.323)</u>	<u>(1.339)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(97)	(35)
Tributos diferidos	48	30
Tributos e contribuições sociais	59	81
Taxas regulamentares	(32)	81
Outros passivos	872	750
	<u>851</u>	<u>907</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>19.228</u>	<u>16.843</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.388	16.176
Aplicação de títulos e valores mobiliários	-	(16.067)
Aplicação no imobilizado	(1)	(5)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>3.387</u>	<u>104</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(2.148)	(9.299)
Emissão de debêntures		-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(15.391)	(7.411)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(17.539)</u>	<u>(16.710)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.076</u>	<u>237</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	919	711
Saldo no final do exercício	<u>5.995</u>	<u>919</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.076</u>	<u>237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2005	30	04/03/2035	22.414	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.938 de 23/06/2015

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.3 Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Tributação

3.4.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

3.4.2 Imposto de renda e contribuição social:

- *Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transudeste são calculados pelo regime de lucro presumido.

- *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.6 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.6.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro nessa fase.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.6.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.6.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.7 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Pronunciamento do IFRS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2015.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas e serão efetivadas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2016: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29. A Companhia não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras quando da adoção destas novas normas ou modificações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	2	2
Bancos	78	917
Aplicações Financeiras	<u>5.915</u>	<u>-</u>
	<u>5.995</u>	<u>919</u>

As aplicações financeiras de 2015 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja a modalidade de aplicação nomeada “ BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado” com remuneração pós-fixada variando durante o ano de 2015 entre 96,54% e 104,74% do CDI;

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de investimentos	<u>-</u>	<u>3.388</u>
	<u>-</u>	<u>3.388</u>

O Fundo de investimento classificado em 2014 como títulos e valores mobiliários refere-se a aplicações financeiras do Banco do Brasil, cuja a modalidade de aplicação nomeada “ BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado” a mesma citada na nota 5, classificada em 2015 em caixa e equivalente de caixa.

7 Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias e permissionárias - (7.1)	2.179	2.403
Concess. Permiss. - Parte Relacionada	254	339
Ativo financeiro - (7.2)	103.174	101.616
	105.607	104.358
Ativo circulante	24.819	24.241
Ativo não circulante	80.788	80.117

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2014:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	100.637
Remuneração do ativo financeiro	19.587
Custo de concessão	2.139
Realização do ativo financeiro	(20.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	101.616
Remuneração do ativo financeiro	21.535
Custo de concessão	1.995
Realização do ativo financeiro	(21.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	103.174

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Tributos e contribuições sociais

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	28	24
IRRF a compensar	113	45
	141	69
Passivo circulante		
IRPJ	287	238
CSLL	130	119
COFINS	107	143
Outros	86	51
	610	551
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	3.179	3.131

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

(a) IR e CS diferido

Saldo em 31/12/2012	3.020
Imposto diferido reconhecido no resultado	81
Saldo em 31/12/2013	3.101
Imposto diferido reconhecido no resultado	30
Saldo em 31/12/2014	3.131
Imposto diferido reconhecido no resultado	48
Saldo em 31/12/2015	3.179

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2015			2014			
	Circulante		Total	Não Circulante			Total
	Principal	Encargos		Principal e encargos	Total		
Moeda Nacional							
Debêntures	13.970	597	14.567	18.724	33.291	43.268	
	13.970	597	14.567	18.724	33.291	43.268	

Os recursos contratados referente a Debêntures foram de R\$47.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias através do Itaú Unibanco S.A.. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017, as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100%

variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

A Cia tem a obrigação de cumprir com o limite da dívida líquida no montante de R\$50.700 para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM.

Os financiamentos objetivam melhor estruturação da implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos pela emissão das debêntures a longo prazo são:

Ano	Debêntures	Total
2017	18.723	18.723

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	43.268
Provisões de juros	5.414
Juros pagos	(6.310)
Amortizações de principal	<u>(9.081)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>33.291</u></u>

10 Taxas regulamentares

	31/12/2015	31/12/2014
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	28	218
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	670	517
Taxa de Fiscalização ANEEL	<u>124</u>	<u>119</u>
Total	<u><u>822</u></u>	<u><u>854</u></u>
Circulante	822	670
Não Circulante	-	184

11 Partes relacionadas

Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Juiz de Fora contratado que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.
- FURNAS para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Itutinga que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 agosto de 2007.
- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de instalações relativo a SE de Juiz de Fora da LT Itutinga-Juiz de Fora.

	31/12/2015	31/12/2014
Demonstração do resultado		
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	1.502	1.430
FURNAS	1.004	859
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	678	777
FURNAS	321	308
Ativo Circulante	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	150	179
FURNAS	103	160
Passivo Circulante		
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	20	46
FURNAS	27	26

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2015 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$173, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social autorizado e integralizado era de R\$30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	2015	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S/A	13.300.000	41,000000%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	7.200.000	24,000000%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.500.000	25,000000%
EATE	3.000.000	10,000000%
	30.000.000	100,000000%

b. Reservas de lucro

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis

anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

d. Dividendos propostos

As demonstrações financeiras registraram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	-
Destinação AGO	2.806
Dividendos pagos no exercício	(2.806)
Dividendos mínimo obrigatórios	3.019
Dividendos Intermediários exercício 2014	(6.494)
Reserva de Lucros Retidos do exercício 2014	<u>6.494</u>
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	3.019
Dividendos pagos no exercício	(2.149)
Dividendos mínimo obrigatórios	3.388
Reserva de Lucros Retidos do exercício 2015	<u>(870)</u>
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015	<u><u>3.388</u></u>

13 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	1.995	1.995	2.139	2.139
Receita de infraestrutura	-	-	-	-
Remuneração de ativos da concessão	<u>21.535</u>	<u>21.535</u>	<u>19.587</u>	<u>19.587</u>
Total da receita operacional	23.530	23.530	21.726	21.726
Ajustes decorrentes do ICPC	<u>(1.560)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(979)</u>	<u>(979)</u>
Receita operacional ajustada	21.970	21.970	20.747	20.747
Alíquota aplicada sobre a receita	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Subtotal	1.758	2.636	1.660	2.490
Receitas financeiras	<u>936</u>	<u>936</u>	<u>642</u>	<u>642</u>
Base de cálculo	2.694	3.572	2.302	3.132
Alíquotas utilizadas para o cálculo	<u>15% e 10%</u>	<u>9%</u>	<u>15% e 10%</u>	<u>9%</u>
TOTAL	<u>650</u>	<u>322</u>	<u>557</u>	<u>284</u>

14 Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	1.995	2.139
Receita de infraestrutura	-	-
Remuneração dos ativos de concessão	<u>21.535</u>	<u>19.587</u>
	23.530	21.726
Deduções da receita operacional		
PIS	(143)	(134)
COFINS	(659)	(622)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(365)	(519)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(204)	(193)
Taxa de Fiscalização	<u>(88)</u>	<u>-</u>
	<u>(1.459)</u>	<u>(1.468)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>22.071</u></u>	<u><u>20.258</u></u>

15 Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	917	642
Outras receitas financeiras	<u>19</u>	<u>24</u>
	936	666
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.448)	(5.187)
Outras despesas financeiras	<u>(159)</u>	<u>(64)</u>
	(5.607)	(5.251)
Total do resultado financeiro	<u><u>(4.671)</u></u>	<u><u>(4.585)</u></u>

16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Em 31/12/2015	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	5.995	-	-
Contas a receber	-	105.607	-
Debêntures	-	-	33.291
Fornecedores	-	-	115
Total	5.995	105.607	33.406

Em 31/12/2014	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	919	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.388	-	-
Contas a receber	-	104.358	-
Debêntures	-	-	43.268
Fornecedores	-	-	212
Total	4.307	104.358	43.480

b. Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

c. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- ***Risco de crédito***

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 420 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- ***Risco de preço***

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

- A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- ***Risco de liquidez***

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

d. Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

17 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

18 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Wellington Lima Cristiano - Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

João Procópio Campos Loures Vale - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC N° MG-067247/0-2